



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2016

----- Aos três dias do mês de novembro de 2016, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Cármen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- **1. Apreciação da Atividade Municipal;** -----
- **2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Fixação das Taxas a aplicar em 2016, a cobrar em 2017;**-----
- **3. Lançamento de Derrama sobre a coleta do IRC'2016, a cobrar em 2017;**-----
- **4. Imposto Municipal sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2017 (IRS) - Fixação da Taxa;**
- **5. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2017;**
- **6. Eleição do Coordenador da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica.**---

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Rui João Graça Rodrigues, Maria Helena Cancela dos Santos Cordeiro, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Manuel Barros Cardoso e Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – José Manuel Lobo da Silva e Eduardo Manuel Costa Amigo; -----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

----- Compareceram ainda, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, Francisca Maria Fontes Martins Rosa, em representação do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, e Artur José Cunha Borges, em representação da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago. -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Comprovada a existência de quórum, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quinze minutos. -----

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, por motivo de doença e expressou os votos de melhoras para que regressasse com a maior brevidade ao convívio da Assembleia Municipal. ---

----- Deu depois conhecimento que a Deputada Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos (PS) solicitara a sua substituição, tendo sido convocado o Deputado Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos.-----

----- Informou ainda, que a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida de Almeida Cruz Narciso, tinha comunicado que não podia comparecer e que a substituiria Artur José Cunha Borges.

----- Igualmente o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes, tinha informado que não podia comparecer e que seria substituído por Francisca Maria Fontes Martins Rosa. -

----- A Presidente colocou a votação, a ata da Sessão Extraordinária realizada no dia 27 de novembro de 2015.-----

----- Após votação, a ata foi aprovada por **maioria** com 23 votos a favor e 1 abstenção do PS por motivo de não ter estado presente na referida reunião.-----

----- O **Deputado Manuel José Pereira** apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“Levantei uma dúvida sobre essa ata relativamente à qual suponho não ter tido resposta. Sei que a ata está na PAMS e não consegui ainda confirmar a minha dúvida. Dou o benefício da dúvida admitindo que está correta e dei o meu voto a favor mas vou na mesma certificar-me.”* -----

----- A **Presidente da AMS** disse ter conhecimento da dúvida apresentada e que se tratara da votação de dois elementos e que esse esclarecimento tinha sido feito. A Presidente devolveu o esclarecimento desta questão para que ficasse clara a votação desta ata.-----

----- Informou que o Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto estivera hoje presente nas instalações do Grupo Desportivo de Sesimbra, na qual a própria havia participado bem como o Deputado Manuel José Pereira. Esta visita por iniciativa do Grupo Desportivo de Sesimbra decorreu entre o campo de futebol, a piscina e o pavilhão do clube, uma vez que a intenção seria mostrar que o recinto necessitaria de uma participação e apoio por parte do Governo. -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Informou ainda que o Delegado Marítimo, o Senhor Imaginário, tinha cessado as suas funções em Sesimbra apresentando à AMS não só os votos de continuação de um bom trabalho agradecendo todo o apoio que lhe havia sido prestado com os convites que lhe haviam sido dirigidos e o envolvimento nesta comunidade. Teve uma carta não só cordial e institucional mas também afável e simpática. A AMS deseja ao novo responsável, as mesmas felicidades e a mesma disponibilidade em manifestar o apoio que for necessário ao exercício das suas funções.-----

----- Informou que a sessão de hoje não teria PAOD (Período Antes da Ordem do Dia) e que estava a realizar-se num dia fora do habitual, quinta-feira, motivo pelo qual a existência da necessidade de intervenções sucintas e contidas para que os trabalhos não ultrapassassem a hora programada na organização da sessão com encerramento previsto para as 00.30h.-----

----- Explicou que a data da sessão se deveria ao facto de no sábado, o Grupo Político do PSD ter a realização de uma iniciativa em Sesimbra e que a obrigação democrática da AMS incluía o acerto de datas aquando da realização de alguma tarefa dos Partidos Políticos de forma a não inviabilizar a presença dos Deputados na Assembleia Municipal.-----

----- **A Presidente da AMS** deu início ao “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”, mas não houve qualquer intervenção.-----

----- Prossequindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto 1. “**Apreciação da Atividade Municipal**”.-----

----- Foi cedida a palavra à Vice-Presidente da CMS que disse que uma vez que a Atividade Municipal já tinha sido apreciada por todos os Deputados, escusava-se a fazer um resumo da mesma, ficando à disposição para esclarecimento das questões colocadas pelos mesmos.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que cumprimentou todos os presentes e em seguida endereçou uma mensagem ao Presidente da Câmara Municipal, dizendo que tinha esperança de muito em breve o voltar a ter presente na Assembleia. Referiu que tinha várias questões a colocar à Vice-Presidente e que a primeira estava relacionada com o balanço feito relativamente à época balnear em termos turísticos, e se já existiam perspetivas sobre esta questão em relação a 2017.-----

----- Questionou também o balanço da abertura do ano letivo e ainda o ponto de situação referente ao Cabo Espichel, uma vez que tinha havido algum desenvolvimento e se este era do interesse da Autarquia.-----

----- Pediu ainda um esclarecimento no que dizia respeito às candidaturas no âmbito do Portugal 2020, ou seja, o que estava a ser desenvolvido e as intenções, nomeadamente para o ano de 2017, bem

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

como os investimentos previstos para o próximo ano. O Deputado pediu ainda informações sobre o montante da dívida da Autarquia até à data. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que cumprimentou todos os presentes e disse que uma das suas questões era sobre o ponto de situação do Protocolo da Torre do Tombo sobre património. A questão seguinte prendia-se com o adiamento de um espectáculo previsto e se a CMS tinha alguma nota sobre tal como eventuais pedidos de apoio e os motivos de seu cancelamento.-----

----- Referiu uma questão presente no relatório e que certamente a CMS teria dado por isso que foram as 371 falhas de abastecimento de água /saneamento na Quinta do Conde no 2º trimestre de 2016 e questionou se houvera algo de anormal, uma vez que considerava terem sido muitas falhas acumuladas nesse período. Disse ter informação de alguns munícipes que disseram que estas falhas das condutas continuavam a ser reparadas aos sábados ou no período da manhã, quando existe uma maior necessidade da utilização de água. -----

----- Solicitou que fosse feito um comentário sobre o Programa Especial para a Orla Costeira. Disse ainda ter conhecimento de se ter realizado uma reunião do Conselho Municipal de Segurança, do qual o Deputado Lobo da Silva era o representante da Assembleia Municipal e que o mesmo ainda não tinha dado nota dessa reunião. Questionou a CMS se era mantido um contacto com a GNR para troca de opiniões sobre a série de assaltos e roubos na Cotovia, pois tratava-se de uma matéria bastante preocupante para as populações. -----

----- Questionou se existiam garantias de que a construção da nova Escola da Quinta do Conde teria apoios ou, caso tal não acontecesse, se a Autarquia assumiria o investimento para que fosse dada como uma realidade, uma vez que a capa do Boletim Municipal tinha uma imagem virtual deste estabelecimento de ensino e que o processo de candidatura tinha sido aprovado apenas na última reunião de Câmara, ou seja, posteriormente a esta publicação. -----

----- Na sequência das afirmações da Presidente da AMS sobre a cessação de funções do Delegado Marítimo, disse ter recebido um *mail* do Diretor da Docapesca a informar também a cessação das suas funções como Diretor e questionou se houvera alguma atenção especial por parte da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal. -----

----- Deixou uma nota sobre a ausência da Presidente da AMS e do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo numa iniciativa do Partido Socialista realizada em Sesimbra e enquadrada nas Jornadas Parlamentares Distritais de Setúbal, uma vez que ambos tinham confirmado a sua presença. Disse tratar-se de um facto inédito, uma vez que mais nenhum Grupo Parlamentar nem mesmo o PS de outros

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

círculos o faziam. Disse que uma das acções desenvolvidas se tratara de uma audição pública com o Ministro do Ambiente relativamente aos problemas da revisão do POPNA na área correspondente ao Parque Marinho. Lamentou a ausência de quaisquer elementos da CMS e da Freguesia de Santiago, não tendo sequer respondido ao convite para estar presentes. -----

----- Relativamente à questão do Cabo Espichel, disse que o Deputado Alain Monteiro já tinha perguntado o que todos ambicionavam ouvir e não quis deixar de dizer que o próprio, em termos individuais, bem como o Partido Socialista de Sesimbra, através dos seus representantes, dirigentes e dos próprios autarcas, também tinham tido oportunidade de fazer a sua “pressão”, pois o Cabo Espichel tratava-se de uma área monumental e ambiental suficientemente importante e de grande valor simbólico para o município e para a sua população. Referiu a congratulação pelo desenvolvimento que este processo tivera e fez votos para que houvesse a capacidade de existência de um projeto para o futuro, fortemente dialogado ao nível Autárquico e com as Entidades necessárias, nomeadamente com a Igreja, que deveria ter o nosso louvor face ao seu comportamento durante todo o processo, por ter tomado o partido da Câmara e do Concelho contra as ideias que circularam sobre essa situação. -----

----- Referiu uma questão que teria sido do conhecimento da CMS há pouco tempo que tinha a ver com uma candidatura das Câmaras de Sesimbra, Setúbal e Palmela naquilo que se podia chamar “a zona dos três castelos” e que tinha a informação de que a Câmara de Setúbal tinha o seu projeto muito mal avaliado em termos de apoio. Disse que a Câmara de Palmela já tinha a sua candidatura aprovada e questionou se a Câmara de Sesimbra tinha alguma perspetiva positiva sobre esses resultados. -----

----- Perguntou se havia alguma informação concreta sobre a escola de Santana sobre a questão da incubadora de empresas. Disse que a informação que tinha estava relacionada com o problema ao nível da cozinha, que não estava devidamente adequada a esse tipo de acções de formação. Disse ainda que não sabia se o problema das instalações operárias na Quinta do Conde estava resolvido e solicitou alguma informação, caso houvesse, sobre esta questão. -----

----- A questão seguinte estava relacionada com a atribuição de Pelouros na CMS e com os tempos, nomeadamente aos Vereadores do Partido Socialista. Disse que fora prometido que este assunto seria analisado. Referiu que nos encontrávamos num ano em que seria fulcral haver notas bem visíveis não só em termos técnicos mas também políticos relativamente à revisão do PDM e saber se a CMS teria capacidade de assumir politicamente essa pasta e em diálogo com a Assembleia Municipal e com todas as Entidades necessárias, este processo teria “pés para andar”. -----

----- A última questão era igualmente delicada e já havia sido abordada há cerca de um ano, aquando

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

da discussão do orçamento para o ano de 2016 e que tinha a ver com a gestão municipal que era assente, em termos eleitorais, aos Partidos e Movimentos Políticos, mas, fosse essa gestão de que Partido fosse, não deveria ficar aprisionada por motivações de ordem partidária das forças politicamente partidárias. Disse que não deveria ser a gestão municipal mas sobretudo a própria gestão de pessoal, sendo importante que os critérios fossem exclusivamente a competência, o empenho das pessoas e outras questões das simpatias partidárias publicamente assumidas das pessoas que pudessem estar em causa em decisões de mobilidade de carreiras. O Deputado disse que estas questões deveriam ficar claras perante a Assembleia com o registo de opinião sobre este tipo de matérias para que não ficassem dúvidas quanto à correcção das decisões. -----

----- Interveio o **Deputado João Rodrigues** que disse que houve pontos abordados pelas outras bancadas mas ainda assim não iria deixar de as mencionar, uma vez que faziam parte das questões que tencionara colocar.-----

----- Começou por dizer que a primeira questão havia tido várias reclamações por parte da população da Freguesia da Quinta do Conde e tinha a ver com as faturas de acerto da contagem de consumo da água. Explicou que o próprio tivera uma fuga de água em casa, tendo solicitado uma retificação de ajustamento no dia 20 de junho de 2016, tendo sido recebida apenas três meses depois, no dia 19 de Setembro de 2016. Disse que provavelmente tinha havido alguma dificuldade de resposta por parte dos serviços para que tal tivesse acontecido, pois não considerava que esta fosse uma situação normal.-----

----- Salientou a existência de vários postes elétricos com lâmpadas fundidas no Zambujal de Baixo, situação que se arrastava quase há um ano e pediu para que fosse resolvida. -----

----- Pediu o ponto de situação sobre o Cabo Espichel, nomeadamente da reunião entre a Direção Geral do Tesouro e Finanças e o Turismo de Portugal realizada em 24 de junho do presente ano.-----

----- Questionou se houvera alguma evolução sobre a Recomendação do MSU para a demolição das casas embargadas após a Azoia, a assinatura do Protocolo com a Torre do Tombo e a questão de um Projeto turístico a desenvolver no Meco, discutido numa reunião entre a Arquiteta Magda e o Sr. João Moreno.-----

----- Perguntou se na sequência da entrega do Parque de Campismo da Maçã, pelo Clube de campismo do Concelho de Almada, houvera algum litígio com algumas das pessoas que o frequentavam e, se tal acontecera, quais as consequências desse litígio.-----

----- Relativamente às questões elevatórias da Azoia, perguntou a data da sua instalação, se estavam operacionais e se havia necessidade de um investimento adicional assim que fosse feito o saneamento

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

básico. -----

----- Para terminar, referiu que houvera um pedido de 2 ou 3 mesas para os alunos de informática do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), ao que a colaboradora Susana Margarida Pires respondeu que a Autarquia não possuía esses equipamentos. O Deputado disse não acreditar que não pudessem ser colocadas essas mesas nessas mesmas instalações.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que algumas questões que tinha para colocar já tinham sido referidas, nomeadamente sobre o Cabo Espichel, mas ainda sobre esse assunto, questionou a Vice-Presidente de que no início do processo, estava definido de que a CMS ficaria na posse da ala norte do Cabo Espichel, fazendo depois uma permuta de alguns terrenos onde haviam sido construídas algumas escolas do 2º e 3º ciclos e Secundárias na Quinta do Conde. Perguntou o porquê desse procedimento não ter sido avançado e da Autarquia ter de pagar 320.000€ ao Estado. Por outro lado, ficando a Câmara com a ala norte, havia um protocolo entre o Estado e a Igreja de que parte da ala sul iria ser restaurada. O Deputado perguntou como iria ficar resolvida esta questão. -----

----- Sobre a revisão do POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira), disse que o Deputado Manuel José Pereira já tinha colocado a questão mas que ainda assim, queria saber o ponto de situação do POPNA (Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida), nomeadamente no que dizia respeito ao Parque Marinho, que já devia ter entrado em revisão há alguns anos e que, inclusivamente, a AMS já tinha tido a ocasião de realizar uma Sessão Temática sobre a questão, com a presença de alguns Grupos Parlamentares, na qual havia ficado definido que seria uma situação para avançar.-----

----- Disse que a Vice-Presidente já tinha referido a situação da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde em reunião de Comissão, bem como a recuperação/reconversão da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho mas que não estavam presentes todos os membros da Assembleia, e informou que tinha havido duas reuniões com a DGEstE antes do início do ano lectivo e que uma vez que estávamos em pleno debate do Orçamento Geral do Estado, perguntou se havia alguma informação por parte do Ministério da Educação ou do Governo relativamente a estas situações. -----

----- Para terminar, perguntou o ponto de situação da construção do novo Centro de Saúde de Sesimbra. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que cumprimentou todos os presentes e em nome do Partido Social Democrata de Sesimbra, endereçou as rápidas melhoras ao Presidente da Câmara Municipal, esperando que em breve, pudesse estar presente na Assembleia Municipal. -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Agradeceu, em nome do PSD, a possibilidade da realização desta Assembleia no dia de hoje e não amanhã, pela questão evocada pela Presidente da AMS, a realização de uma Convenção a nível do distrito no Concelho de Sesimbra. -----

----- Antes de colocar as suas questões, informou o Deputado Manuel José Pereira, relativamente aos assaltos na Cotovia, de que se tinha realizada uma reunião do Conselho Municipal de Segurança há cerca de 3 semanas na Quinta do Conde, e que o próprio tinha feito questão de informar o grupo de munícipes da Azoia, aquando da realização da última Assembleia Municipal, de que não tinha qualquer resposta para eles, não em relação à questão dos assaltos porque nunca tinha sido colocada mas porque a GNR (Guarda Nacional Republicana) não tinha comparecido a essa reunião. Como tal, não havia sido colocada a questão que o Deputado se havia comprometido a fazer perante esses munícipes. No entanto, também não foi falado nesse Conselho Municipal de Segurança em qualquer questão de assaltos na Cotovia. Terá de ser um tema a ser levado perante este Conselho mas que neste momento não poderia prestar qualquer esclarecimento pois não tinha sido abordado na reunião por falta da presença das autoridades de segurança.-----

----- Em relação às questões a colocar à Vice-Presidente, disse que parte das mesmas já haviam sido evocadas mas que ainda assim gostaria de realçar duas. Começou por falar da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde e disse que nunca era demais falar sobre este tema porque já se falava deste assunto há vários anos. Referiu que a última informação obtida, a qual fazia parte do relatório de actividades da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, fora que a resolução dada aos alunos daquela freguesia seria ter de deslocar-se para Setúbal, onde as escolas estavam com défice de alunos. Tendo em conta que o anterior Governo não executara a obra e que tudo indicava que este novo Governo iria executar as obras de construção, com a informação na comunicação social de que seria uma realidade, questionou a Vice-Presidente do ponto de situação da construção desta escola, pois o entendido era de que a mesma não seria construída por falta de verbas. -----

----- Sobre a Escola Básica 2/3 Navegador Rodrigues Soromenho, lembrou que a requalificação desta escola havia ficado agendada no anterior Governo, em que esta escola, bem como o conservatório iriam ser as escolas da AML a ser intervencionadas este ano. Questionou a Vice-Presidente sobre a razão destas intervenções terem deixado de ser prioritárias. -----

----- Relativamente ao Cabo Espichel, disse que todos haviam tido a sua quota-parte de intervenção junto das forças políticas. No passado, fora o PSD que através dos autarcas eleitos haviam tido essa função e obrigação de exercer pressão sobre o Governo. Perguntou se existia algum protocolo firmado

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

com o atual Governo sobre a venda da ala norte do Cabo Espichel pelos 320.000€ ou 380.000€ ou se ainda pairava a “nuvem negra” de que o Governo iria concessionar a privados (tal como estava a ser feito com o Forte de Peniche) para Turismo. Referiu que existiam e monumentos e edifícios a ser alienados ou concessionados pelo Estado. Espera não vir a haver nenhuma surpresa e que a compra da ala norte por parte da Câmara seja de facto uma realidade.-----

----- Tendo em consideração a assinatura do Protocolo com o anterior Governo do PSD para a construção do Centro de Saúde da Freguesia de Santiago, questionou os passos dados relativamente a esta matéria e se, efectivamente, o Centro de Saúde iria, ou não, ser construído. -----

----- Para terminar, disse que ninguém abordara a construção do Hospital do Seixal, mas que o próprio o iria fazer, pois se bem se lembrava, numa das Assembleias realizadas, fora dito que iria ser constituída uma Comissão de acompanhamento da construção do hospital e que a Autarquia de Sesimbra iria ter uma pessoa para acompanhar esse processo. Questionou quem era a pessoa nomeada pela Autarquia para o referido acompanhamento. -----

----- Tomou do uso da palavra a **Vice-Presidente da CMS** que disse ter sido visível a todos que o Verão havia sido particularmente bom em termos turísticos com uma ocupação hoteleira a rondar quase os 100% durante os três meses, bem como os alojamentos locais, e que os restaurantes estiveram sempre cheios com vários turnos de fornecimento de refeições. -----

----- Foi pública a notícia na comunicação social nacional a informar que Sesimbra tinha sido um dos concelhos da AML que mais tinha crescido em termos de afluência turística. Este resultado foi mérito da intervenção do município em termos de requalificação do espaço urbano, da oferta cultural ao nível dos espectáculos, da agilidade e empreendedorismo dos agentes políticos, quer ao nível da hotelaria, quer da restauração. Ficou também a dever-se a uma situação conjuntural que fez com que muitos dos mercados tradicionais não tivessem sido procurados por questões de segurança, bem como o excelente clima e a fantástica gastronomia. O facto de não existirem destinos tão apetecíveis como o ano passado também contribuiu para estes resultados.-----

----- Referiu que todas as condições proporcionadas este ano, permitiu que os turistas se sentissem bem e aumentassem a duração da sua estadia em Sesimbra, permitindo um maior desenvolvimento da economia local. -----

----- Relativamente à abertura do ano letivo, decorrera dentro dos prazos previstos, em relação às áreas da competência da Autarquia, nomeadamente ao nível dos jardins-de-infância, as funcionárias estavam colocadas de forma a garantir o acompanhamento às crianças no arranque do ano lectivo.

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Infelizmente, não se passara o mesmo ao nível das áreas da responsabilidade do Ministério da Educação, não só em Sesimbra mas um pouco pelo país inteiro, com muitas escolas a debater-se com várias dificuldades ao nível da falta de auxiliares. Se bem que essa situação esteja mais sanada, Sesimbra também teve essa dificuldade, com o fornecimento de um serviço mais deficitário do que aquele que era desejado para a escola pública.-----

----- Relativamente a todos os outros serviços prestados pela Autarquia à comunidade, tanto ao nível dos transportes escolares como do serviço das refeições e da frequência dos prolongamentos de horário nos jardins-de-infância, estavam assegurados para que no primeiro dia de aulas, os pais pudessem ter os seus filhos a usufruir de todos esses serviços. -----

----- Em relação ao Cabo Espichel, referiu que nestas duas últimas semanas, tinha sido possível concretizar aquilo que a CMS esperara que acontecesse, ou seja, na sequência das reuniões ocorridas nos meses anteriores entre a Autarquia, a Direção Geral do Tesouro e também o Instituto de Turismo, houve uma primeira intenção da compra por parte da Câmara, com alguns avanços e recuos ao longo dos anos, mas antes do Verão deste ano, a Autarquia fora confrontada com uma notícia de que o Cabo Espichel iria ser colocado em hasta pública juntamente com um conjunto de monumentos nacionais, através de um Programa que o Governo chama REVIVE, para que os investidores privados pudessem adjudicar os vários monumentos nacionais. Nessa altura, a CMS reunira com o Instituto de Turismo, uma vez que iria ser o dinamizador de todo este processo, mostrando o seu desagrado pelo facto de depois de tantos anos de negociações, o Governo tivesse colocado esta solução sem que tivesse consultado a Autarquia. -----

----- O maior interesse da Câmara seria a requalificação do Cabo Espichel e mantivesse o seu uso turístico ligado aos cultos religiosos. Nessa reunião, a CMS fora informada de que a intenção do Governo só seria concretizada se a ala sul pudesse fazer parte do pacote a disponibilizar na hasta pública. Nesse sentido, após uma reunião do Instituto do Turismo com o Senhor Bispo (o proprietário da ala sul) foi feita a proposta da cedência temporária dessa mesma ala vir a integrar essa solução ficando disponível para a oferta turística a construir no Santuário. O Senhor Bispo informou o Presidente do Instituto do Turismo que a Igreja não via com bons olhos que a ala sul viesse a ser colocada nesse pacote e que a única forma desta ala vir a fazer parte da equação da restauração e de encontrar investimentos privados seria se a promotora fosse a Câmara e não o Estado ou outro privado que pudesse vir a licitar o Cabo Espichel. Uma vez que a posição da Igreja era a indisponibilidade da ala sul para tal, o produto deixou de ser interessante, tendo o Cabo Espichel deixado de fazer parte dessa Plataforma no Programa da REVIVE. Foi nesse sentido que a CMS retomou a posição inicial das propostas e discussões mantidas até então com a

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

Direção Geral do Tesouro e Finanças, ou seja, a disponibilidade da Autarquia para comprar ou, à semelhança do que acontecera com a Fortaleza durante um período de 90 anos, realizar a cessão à CMS durante um período de 20 anos, o que a Autarquia considerara pouco tempo para um retorno do investimento de 4 milhões de euros. A CMS enviou, posteriormente, um ofício dirigido à Direção Geral do Tesouro e Finanças a propor a compra ou a cessão por um período mais alargado que os 20 anos e consequentemente, na semana passada havia sido recebido um outro ofício a comunicar que o preço de venda da ala norte do Cabo Espichel seria de 321.000€, resultantes de um cálculo efetuado sobre a avaliação realizada pelo próprio Instituto do Turismo de 1.600.000€, não apenas referente ao valor patrimonial mas também o expectável da rendibilidade que venha a ter para quem estiver a explorar, após a sua recuperação. -----

----- A esse valor, a Direção Geral do Tesouro e Finanças deduziria a verba a investir pela Autarquia, tendo-se assim chegado aos 321.000€. Disse que era sua intenção levar esta deliberação à próxima reunião de Câmara e informou que estava a ser feita, por parte do Gabinete do Urbanismo, uma ponderação de avaliação deste valor para que os Vereadores possam votar em consciência e de uma forma mais clara e que a intenção da Câmara era aceitar o valor dos 321.000€, pois a partir do momento em que há uma parte interessada em vender e estipula um preço e existe outra parte interessada, o passo seguinte é a celebração de um contrato. A Direção Geral do Tesouro tem conhecimento da intenção da Câmara em fazer uma candidatura aos Fundos Comunitários, cujo prazo termina a 31 de maio de 2017, através da qual se poderá ir buscar 400.000€, aos quais teria de se juntar outros 400.000€ do orçamento municipal, permitindo a aplicação de 800.000€ numa 1ª fase de recuperação do Cabo Espichel, na estabilização das paredes e do telhado -----

----- Informou que a nível interno da Câmara, estavam a ser desenvolvidos alguns debates de ideias e conceitos do pretendido para o Cabo Espichel quando pertencesse à CMS, cuja ideia era fazer a sua recuperação de forma faseada, pois uma contrapartida que a Câmara, obrigatoriamente, terá de aceitar aquando da realização desse contrato, seria ficar com o ónus e a responsabilidade de também recuperar a ala sul. Da parte da Igreja foi dito, tendo em consideração que o número de quartos da ala norte seria insuficiente para despertar interesse como produto turístico, a existência da possibilidade da Igreja fazer uma cessão à CMS durante um período ainda a discutir (cerca de 30 anos), para que uma parte ou a totalidade da ala sul pudesse ser colocada nessa oferta turística, ficando a Igreja com um número de quartos para ocupar para uso próprio para os seus peregrinos ou em acumulação com uma parte das rendas que os quartos pudessem vir a ter no futuro. -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Referiu ainda a existência da possibilidade da CMS vir a fazer parcerias com privados para depois terminarem a restante obra nos interiores, de acordo com o Projeto definido pela Câmara. Trata-se assim de alojamentos locais com um fim turístico que não ponha em causa o uso religioso do Santuário, estando também prevista a inclusão de áreas de restauração bem como lojas para a venda de produtos regionais e religiosos. -----

----- A Vice-Presidente disse que a Câmara apresentava os seus Projetos conforme se dava a abertura das Candidaturas e que a 1ª Candidatura apresentada até 31 de outubro havia sido relativa à Escola de Jardim-de-Infância e 1º Ciclo do Conde 2, bem como a da intervenção a fazer no Castelo, na ordem dos 150.000€ para a consolidação da muralha, renovação dos sanitários e colocação de rede Wi-Fi. -----

----- Referiu que havia ainda um conjunto de outras candidaturas ao nível de intervenções em edifícios e em espaços públicos, de abastecimento e da rede viária, que estavam a ser preparadas e iriam ser apresentadas em tempo útil. Todo este investimento rondará os 14 milhões de euros. Disse que ao contrário do QREN, iriam ser negociadas verbas para cada município e que a CMS tivera a garantia de que para o município de Sesimbra, o financiamento disponível seria esse e que todas as Candidaturas apresentadas se encaixavam nesse *plafond*, dando a certeza de que iriam ser aprovadas.-----

----- Relativamente às dívidas a curto prazo, até ao dia de hoje, a Autarquia tinha uma dívida de 4.615.282€ e ao nível da dívida de médio/longo prazo, a dívida era de 18.054.208€. Salientou que em relação ao mesmo período do ano passado, houvera um decréscimo da dívida no valor de 2 milhões de euros, o que era bastante saudável e que era de saudar o esforço da CMS em ter conseguido diminuir a dívida de ano para ano e que esta tendência se mantivesse durante os próximos anos.-----

----- Sobre o Protocolo com a Torre do Tombo, disse que estava relacionado com uma cedência a título gratuito, de alguns materiais dos seus depósitos e que serviriam, em termos da edição do Tombo da Vila, um Projeto antigo que ainda não tinha sido concretizado pelo peso financeiro envolvido mas também pelo número de materiais em termos de textos e que, com o investimento pretendido, ficariam sediados no Arquivo de Sesimbra, sendo um elemento facilitador para que o Tombo da Vila pudesse ser editado. -----

----- Em relação à “Músicas pelo Espichel”, disse que em meados deste ano, havia sido proposto pelo Carlos Sargedas retomar um Projeto que já tinha tido uma 1ª Edição e teria, entre outros objetivos, chamar a atenção dos poderes públicos e políticos para o estado de degradação do Santuário. Nessa altura, a intenção era a realização de três dias de animação com vários grupos que se prontificariam a vir atuar gratuitamente no Cabo Espichel mas essa gratuidade acarretaria despesas com o palco, o som, as

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

baías, pois as entradas seriam pagas, o que implicaria o fecho de todo o recinto, bem como a segurança do espaço. A CMS comprometeu-se a patrocinar este evento com uma verba na ordem dos 6.000€ para além da ajuda com elementos ao nível do trânsito e isenção das taxas municipais. Disse que os promotores tinham a esperança de vender 10.000 bilhetes para poder haver retorno da despesa. -----

----- Referiu que uma semana antes da realização da iniciativa ainda só tinham sido vendidos 100 bilhetes, o que corresponderia a um prejuízo que a Câmara não iria assumir, levando ao seu cancelamento por parte dos promotores. -----

----- Disse que Sesimbra era o único concelho do país com 2 POOC (Planos de Ordenamento da Orla Costeira), Cabo Espichel – Odeceixe e Cabo Espichel – Alcobaça, que fazia com que houvesse um conjunto de constrangimentos em termos de planos de ordenamento e regulamentos de ordenamentos devido à inserção num Parque Natural, causando algumas dificuldades. Referiu que o Programa Cabo Espichel – Alcobaça colhe muitos dos contributos dados pelas Autarquias em tempo útil, e que depois de encerrado, as Autarquias haviam sido chamadas para a fase de concertação, que comunicava quais as propostas que tinham sido ou não acolhidas e os motivos. As sugestões da CMS foram praticamente todas acolhidas nesta fase e as mudanças seriam a regularização de algumas situações com caráter de ilegalidade para sua resolução. A CMS apresentou uma proposta para haver mais praias de tipo II e III (semiurbanas) na Lagoa de Albufeira. A praia continuará a ser balnear, com a permanência das 14 jangadas e houve ainda a preocupação de alguns dos estacionamento feitos de forma selvagem, situados nas dunas, ficarem com áreas definidas para sua regulamentação de forma a evitar o seu uso indevido. As propostas feitas foram também aprovadas pela Câmara e chegariam à AMS, se assim fosse entendido. Ficaria por discutir a questão do outro POOC, Cabo Espichel – Odeceixe, que ainda estava atrasado, em fase de elaboração, bem como em relação ao POPNA (Plano de Ordenamento do Plano Natural da Arrábida), nomeadamente ao Parque Marinho Luiz Saldanha, e que inclusivamente, há alguns meses atrás houvera uma apresentação na Assembleia da intenção em termos de revisão do Regulamento para reverter em Programa. Disse que a CMS ainda não tinha sido chamada a dar os seus contributos, desconhecendo de momento as propostas que seriam apresentadas Quer em relação ao Parque Marinho Luiz Saldanha, quer em relação ao POOC Cabo Espichel-Odeceixe.-----

----- Sobre a Candidatura das três Câmaras (Sesimbra, Palmela e Setúbal), disse que era liderada pelo município de Setúbal e estava relacionada com o estudo das alterações climáticas para este território.---

----- Referiu tratar-se de um Projeto com financiamento para o qual a Autarquia de Sesimbra iria co-financiar, juntamente com os outros dois municípios, com 20.000€ distribuídos em dois anos. -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino**, que disse que este processo tinha sido liderado pela Câmara Municipal de Setúbal e estava relacionado com a influência das intervenções climáticas na Arrábida, no seguimento de várias influências da Comunidade Europeia que levava a este tipo de estudos com o envolvimento de universidades e instituições credíveis, tornando-se importante para os três municípios em relação aos financiamentos.-----

----- A **Vice-Presidente da CMS** prosseguiu a sua intervenção e disse que relativamente à escola de Santana, existia um Projeto para ali ser criado um “ninho” de empresas ligado ao empreendedorismo, com instalações que permitissem a realização de várias acções e que neste momento faltava a construção de uma cozinha para que fosse possível a formação na área da hotelaria e restauração.-----

----- Relativamente às instalações operárias na Quinta do Conde, interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que se aguardava a instalação de um posto de transformação por parte da EDP para o fornecimento de energia elétrica ao edifício e que até ao final do ano, estariam reunidas as condições para acolhimento dos funcionários.-----

----- A **Presidente da AMS** informou que os Grupos Políticos tinham utilizado 35 minutos com a colocação de questões e que a Vice-Presidente havia utilizado 30 minutos nas suas respostas.-----

----- A **Vice-Presidente da CMS** disse que os Vereadores interviriam para dar as respostas às questões relacionadas com as matérias dos seus Pelouros e informou que em relação ao SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico), iria tentar informar-se de forma a poder disponibilizar algum material.-----

----- Relativamente à Escola Secundária da Quinta do Conde e à Escola EB 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho, referiu que no dia 25 de novembro teria uma reunião solicitada pela CMS com a Senhora Secretária de Estado da Educação e que as matérias a abordar seriam a necessidade da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde e manter a pressão liderada pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde, bem como a recuperação, reabilitação e alargamento da Escola EB 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho que funcionava atualmente numa situação de ilegalidade em que os alunos tinham aulas em pavilhões com cobertura de amianto. Esta necessidade não passa apenas pela retirada dos telhados de amianto mas pela ampliação desta escola, uma vez que havia aulas a ser dadas quase debaixo de escadas e no refeitório, sendo necessário que se retomasse o Projeto que já estivera no Ministério da Educação com a utilização de um terreno que a Câmara chamara à sua posse há alguns anos através de negociações com os proprietários para dar ao Ministério da Educação de forma a permitir o alargamento da escola em questão. Estas duas escolas seriam uma prioridade a manter na agenda política da CMS. A comunidade

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

escolar teria de se manter atenta, uma vez que o seu peso era de tal forma importante para manter o poder político mais eficaz, uma vez que a Escola EB 2,3 Navegador Rodrigues Soromenho, em tempos calendarizada para ser intervencionada enquanto uma prioridade, não fazia parte da lista dos 25 equipamentos escolares a nível nacional para ser requalificados.-----

----- Referiu que hoje tinha sido contactada pela ARS (Administração Regional de Saúde) relativamente à construção do Centro de Saúde de Sesimbra, para o agendamento da assinatura do contrato para que a CMS passasse a ser, formalmente, o dono da obra do Edifício da Rua Aníbal Esmeriz, quer da requalificação do antigo dispensário, no dia 9 de novembro, às 12.30. Estas intervenções terão um custo de cerca de 600.000€ e 300.000€, respetivamente, de forma a garantir os serviços médicos necessários à comunidade. -----

----- Relativamente ao Hospital do Seixal, disse que não tinha qualquer informação a não ser o que fora divulgado na comunicação social, de que era intenção do Governo o avanço com a construção deste Hospital. Disse que a CMS tinha uma Comissão de acompanhamento, liderada pela Dra. Célia Almeida Ribeiro, acompanhada pela Vereadora Cláudia Mata, responsável pelo Pelouro da Saúde.-----

----- Sobre o Projeto turístico do Meco, disse que havia reunido com um grupo de empreendedores que viera propor à Câmara desenvolvimento de um Projeto turístico na “Herdade dos Cardosos” e que estaria sob análise dos serviços da Autarquia, não sendo possível, de momento, dar nenhuma informação pormenorizada sobre tal. A par deste Projeto, existiam mais dois Projetos também em análise.-----

----- Em relação à questão do PDM (Plano Diretor Municipal), disse que estava a sofrer alguns atrasos e que a equipa da revisão do PDM estava a tentar dar uma resposta às alterações implicadas pela Legislação e que era intenção da CMS, depois desta alteração, fazer uma discussão pública de toda esta matéria mas não havia condições para se realizar no tempo de vigência desta Legislatura, até outubro do próximo ano, tratando-se de um *dossier* a passar para o próximo Executivo Municipal. -----

----- Sobre a gestão de pessoal, disse que o orçamento estava a ser realizado, uma vez que a despesa com o pessoal tinha um peso importante e que no ano passado tinha sido de cerca de 18 milhões de euros e não se pretendia aumentar esta despesa, pois embora houvesse os fundos comunitários, 50% do seu investimento teria de ser municipal e pretendia-se que sobrasse uma margem confortável para que após o pagamento das despesas obrigatórias como fornecedores, combustível e outros, as Candidaturas realizadas pudessem ser encaradas como concretizáveis pois a CMS tinha fundos para tal. -----

----- O que fora visto com o Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Finanças e Património seria a abertura de concurso público para a contratação de 22 assistentes operacionais

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

significando que não havia muita folga financeira para que se fizesse a mobilidade intercarreiras de alguns dos funcionários, como se fizera no ano passado. Foi visto que em 2017 seria dada uma preferência aos salários mais baixos, com a progressão de carreira de assistentes operacionais para assistentes técnicos e algumas progressões de assistentes técnicos para técnicos superiores. O critério utilizado seria a antiguidade e currículo do funcionário e a necessidade dos serviços relativamente a esse recurso. Disse que a maior necessidade de pessoal seria ao nível do Gabinete de Projetos, uma área considerada para a realização dessa mobilidade. A Autarquia reconhecia que todos os funcionários tinham a expectativa legítima de poder progredir para a carreira seguinte por possuírem as habilitações necessárias mas tal não seria possível com todos os que tinham apresentado essa pretensão, pois os critérios utilizados seriam os já referidos anteriormente. -----

----- Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino**, que disse ter tido alguma dificuldade em perceber a pergunta do litígio, uma vez que o Parque de Campismo da Maçã não tinha sido transferido para a CMS, pois a sua concessão havia terminado, tendo este terreno voltado para a Autarquia, a quem sempre havia pertencido. Esta questão estava resolvida e neste momento estavam a ser desenvolvidos Projetos de reconversão deste espaço. -----

----- Relativamente à questão da iluminação pública, havia uma certa dificuldade em acertar os horários astronómicos com os relógios da EDP. No Verão funcionava bem mas, no Inverno, o problema maior dava-se no período antes da mudança do horário. Foi feito à EDP, um pedido de acerto de 20 minutos de prolongamento da iluminação no período da manhã. -----

----- Disse que lhe custava ver que, independentemente dos esforços feitos relativamente à promoção e conversão do património que era o Cabo Espichel, este assunto fosse falado pela 3ª vez. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que relativamente à questão da falta de água, o que era do seu conhecimento, transmitido pelos serviços, não houvera qualquer tipo de problema. Referiu a existência de alguns problemas, como ruturas graves, mas era impossível prever a sua ocorrência. Estavam a ser feitas algumas intervenções, nomeadamente nas freguesias da Quinta do Conde e do Castelo, em que previamente, as pessoas eram avisadas de que existiria um corte de fornecimento de água e as horas em que tal ocorreria, para que o impacto destes cortes pudesse ser minimizado. Sobre o ocorrido com o Deputado João Rodrigues, disse que os recursos humanos da CMS para a contagem era bastante limitado de forma a poder dar resposta aos 30.000 contratos, dando origem a que alguns munícipes tivessem as suas contagens realizadas até 6 meses, prazo permitido por lei. Ainda assim, qualquer munícipe pode dar a contagem via telefónica para o contacto referido na

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

fatura. Salientou que existia uma funcionária da CMS expressamente para esse serviço mas que o trabalho de revisão das faturas era realizado por um técnico superior e que neste momento só havia um para dar resposta a todo o Concelho. Considera que três meses não fora nada de transcendente até porque o Deputado havia sido informado de que essa fatura não seria paga e que iria ser recalculada para depois ser feito um crédito, ou seja, o munícipe nunca seria prejudicado por não pagar. -----

----- Relativamente às estações elevatórias da Azoia, o Vereador disse que a CMS tinha uma Candidatura de cerca de 2 milhões de euros para a conclusão do saneamento da Freguesia do Castelo mas que estas estações não eram propriedade da Autarquia mas da Simarsul. Disse que quando o sistema em baixa estivesse a funcionar, estas estações realizadas aquando da construção do ramal, seriam ligadas. Disse não ter conhecimento do seu bom funcionamento, pois não havia qualquer caudal a chegar até lá. Referiu que o Estado Português tinha imposto apenas uma Candidatura para a área do saneamento e que a CMS tivera a intenção de substituir as condutas de água para a Azoia por serem antigas e terem muitas ruturas. Aquando do aparecimento das Candidaturas, fora dito que o dinheiro era reembolsável, ou seja, a Autarquia recebia o dinheiro mas depois teria de o pagar, mas há cerca de dois meses, aquando de uma apresentação pública com a presença do Presidente da República na qual estivera presente o Dr. Luis Ferreira, técnico da CMS que preparava as Candidaturas, havia sido dito que o setor da água já se poderia candidatar, ou seja, se a rede fosse prolongada, o financiamento era dado, se a rede fosse substituída não haveria qualquer financiamento. Disse que para quem quisesse ter eficiência na gestão da água, esta situação não fazia qualquer sentido e que uma vez que a Autarquia já tinha apresentado uma Candidatura, ficara impedida de fazer mais alguma.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Francisco Luís**, que disse que o Deputado Lobo da Silva já havia clarificado a questão colocada pelo Deputado Manuel José Pereira. Contudo, embora a GNR não tivesse estado presente na última reunião do Conselho Municipal de Segurança, tinha estado na penúltima, onde fizeram o *report* à CMS sobre a tipologia e nível do crime existente, e fora transmitido que o crime a esse nível era residual, nomeadamente na Freguesia do Castelo, pois na Quinta do Conde era diferente. O Vereador disse que poderia facultar a ata dessa reunião ou solicitar à GNR que fizesse uma descrição das questões inquietantes e preocupantes numa futura reunião. Uma vez que também fazem parte do Conselho Municipal de Segurança não só a GNR e a Autoridade Marítima mas também o Ministério Público e a Polícia Judiciária, existe a possibilidade de se fazer um cruzamento de informações. Disse ainda que o que poderia estar a acontecer era parte das pessoas lesadas não terem apresentado queixa, o que fazia com que esses dados não aparecessem refletidos nos dados apresentados pela GNR nas

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

reuniões do Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Interveio o **Vereador José Polido** que relativamente à falta de iluminação no Zambujal, disse que a CMS era tratada como um cidadão comum, sendo necessário ligar para um *callcenter* aquando da necessidade da resolução de alguns problemas. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador Sérgio Marcelino**, que disse que sempre persistira a dúvida relativamente a quem seriam mandadas as reclamações referentes à falta de iluminação. Recentemente houvera uma reunião com a EDP, tendo esta situação ficado clarificada de que as reclamações teriam de ser efectuadas para o contacto das avarias. Referiu que a EDP iria fornecer um folheto para divulgação no *site* da CMS de forma a informar os munícipes do número correto a contactar em caso de avaria. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que questionou a Vice-Presidente da CMS se aquando da reunião a realizar no dia 25 de novembro, iria estar presente algum elemento da AMS, nomeadamente a Presidente ou alguém designado na sua pessoa. -----

----- Em relação ao turismo, disse que as afirmações da Vice-Presidente vinham dar razão ao PSD e que o Turismo deveria ser promovido além-fronteiras, como por exemplo em Madrid, pois seria uma aposta ganha pela CMS para “vender” Sesimbra. -----

----- Interveio o **Deputado Alain Monteiro**, que pediu um esclarecimento relativamente ao prazo de pagamento a fornecedores. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que solicitou um esclarecimento adicional ao Portugal 2020, se os 14 milhões de euros para Sesimbra correspondiam ao valor global ou se competiam à CMS, ao que a Vice-Presidente respondeu que este valor era correspondente a 7 milhões de fundos e a 7 milhões da CMS. -----

----- **A Vice-Presidente da CMS** disse que não tinha sido considerada a presença de mais ninguém na reunião com a Secretária de Estado que não a própria e a Chefe de Divisão mas que seria possível a presença de um elemento da Assembleia Municipal a acompanhar estes elementos. Em relação ao esclarecimento ao Deputado Alain Monteiro, o mesmo não foi possível transcrever devido a falha técnica do sistema de gravação. Encerrado este ponto, a Presidente da AMS deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **“Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Fixação das Taxas a aplicar em 2016, a cobrar em 2017.”**, e disse que relativamente a este ponto, quer aos seguintes, as questões haviam sido colocadas ao nível da Comissão de Finanças Municipais e Administração Autárquica, na qual participara o Vereador José Polido, prestando o esclarecimento às questões colocadas. -----

----- Disse que em anos anteriores, esta questão tinha recebido uma apreciação global e que se assim

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

fosse entendido, poder-se-ia fazer-se uma intervenção destes 4 pontos com a mesma metodologia. -----

----- Disse que no ano passado, tal como em anos anteriores, e por solicitação de alguns Grupos Políticos, a votação do IMI havia sido realizada parceladamente, uma vez que existiam circunstâncias em que a maioria dos Grupos Políticos tinha uma votação que não era idêntica em todos os pontos e que deixaria à consideração dos Grupos Políticos a forma de como seria realizada a votação. Disse ainda que havia sido utilizada a mesma metodologia na votação da Derrama. Disse que relativamente à questão do IRS seria realizada uma votação única, bem como na Taxa dos Direitos de Passagem. -----

----- Alertou para o facto de ser feita uma deliberação organizada sobre os pontos consoante as várias propostas. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista gostaria de afirmar que este ano se repetira a mesma situação do ano passado, e que contrariamente a anos anteriores, o PS considerara não valer a pena apresentar propostas pois estas eram sistematicamente reprovadas mas que ainda assim havia a esperança de a Câmara fazer um ligeiro ajustamento dos impostos, nomeadamente do IMI e do IRS, uma vez que eram os que tinham mais peso nas receitas. Disse que no entender do PS, no momento em que existe um controlo da dívida mas que o clima económico era recessivo, deveria haver um alívio fiscal das famílias e das empresas de forma a potencializar o desenvolvimento concelhio e a economia local. Referiu que a CMS não era o único agente de economia em termos do investimento público. Salientou que o Vereador José Polido havia tido o cuidado de dizer na reunião de Comissão que por muito que descesse o IMI ou se reduzisse o IRS, a CMS seria acusada de eleitoralismo, se bem que tal não acontecesse, pois o PS sempre defendera e lutara contra os impostos no nível colocado pela Autarquia. Disse que indo ao encontro da política implementada pelo Governo, existia um conjunto de preocupações de recuperação de rendimentos e de ordem social, entre outros, mas não existia um paralelo com a política fiscal praticada pela CMS. -----

----- O Deputado disse que tinha referido na reunião e que o Vereador considerara existir alguma lógica em tentar fazer que a Legislação fizesse coincidir esta discussão com o próprio Orçamento e as GOPS, pois o plano de investimento a ser proposto pela Autarquia seria, certamente, acolhido. -----

----- Disse ainda que os quantitativos recolhidos com os impostos dos munícipes seriam para investir e que seria lógico se a CMS referisse o valor pretendido para investimento, uma vez que já teria conhecimento da quantia a receber e que continuava a haver alguma “teimosia” em manter este nível da carga fiscal que por sua vez, aumentava e era medida de duas formas: o peso dos impostos no total das receitas da Câmara, ou o peso do valor que os munícipes iriam pagar sobre o seu rendimento auferido. -

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Deputado solicitou que as votações do IMI, IRS e da Derrama fossem votadas à parte, pois o Grupo Municipal do PS não daria o seu voto favorável e apresentaria uma Declaração de Voto conjunta relativamente a estes três pontos.-----

----- Relativamente à “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2017” disse que não se justificava qualquer tipo de comentário.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que relativamente ao ponto “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)”, disse que já tinha havido oportunidade, aquando da realização da reunião de Comissão 5, de se efetuar alguns comentários que considerava não serem necessários repetir. Contudo, disse não entender a alteração do critério utilizado para a projeção do montante de IMI a arrecadar no corrente ano relativamente ao ano anterior, em que a previsão havia sido efetuada com base na taxa de crescimento verificada no somatório dos valores arrecadados no último trimestre do ano, respetivamente em 2013 e 2014, em que fora de 3% e que este ano havia sido feita com base na taxa média anual de crescimento verificada de 2004 a 2015, correspondente a 11%.-----

----- Em relação à manutenção da taxa do IMI, disse ter uma perspetiva de análise diferente do Executivo da Câmara. Referiu que nos últimos 3 anos, o Executivo sempre argumentara que a taxa a aplicar se situava no intervalo de variação possível, ou seja, entre 0,3% e 0,5% e que neste momento este intervalo situava-se entre os 0,3% e os 0,45%, mas que a taxa se mantivera nos 0,4%, sem que esse critério tivesse sido respeitado.-----

----- Salientou que das 308 Câmaras existentes, 75% praticavam uma taxa inferior à taxa do Concelho de Sesimbra e apenas 13% aplicavam uma taxa superior. Acrescentou que 44% das Câmaras aplicavam a taxa mínima de 0,3%, ou seja, não havia assim tanto mérito ao praticar uma taxa de 0,4%.-----

----- Prosseguiu a sua intervenção e disse que face à reavaliação dos imóveis, a Câmara de Sesimbra havia arrecadado, o valor adicional acumulado nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, de mais 11.676.000€, quando em 2012 a cobrança havia sido de 9.334.000€. Referiu que para o corrente ano de 2016, considerara a cobrança de 13.600.000€.-----

----- No âmbito do PAEL, disse que face a esta progressão na cobrança de IMI e de acordo com o Relatório relativo ao 1º semestre do ano de 2016, o Município de Sesimbra ultrapassara todos os objectivos do saneamento financeiro mostrando não só que recuperara a sua capacidade de investimento bem como superara a previsão do seu plano. Face ao exposto, o Grupo Municipal Movimento Sesimbra Unida, entendera que existem condições para a concretização de uma descida da taxa do IMI, razão pela qual o seu voto seria contra a proposta apresentada pelo Executivo.-----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Relativamente aos restantes impostos, o Deputado referiu que o voto seria favorável.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que disse que o voto da bancada do Grupo Municipal da CDU seria favorável no que dizia respeito ao IMI, IRS e Derrama. Relativamente ao IMI, disse que não seria o melhor momento para alterar esta taxa por vários motivos, entre os quais não vir a ser considerada uma medida eleitoralista, não vir a condicionar a ação do próximo Executivo Municipal, deixando essa decisão para o próximo Executivo.-----

----- Em relação à questão da dívida global da Autarquia, salientou que estava muito abaixo do valor de 2005, aquando da tomada de posse do atual Executivo. No entanto, ainda era considerada uma dívida elevada, se bem que já não tão preocupante como no passado, fruto da realização de um investimento responsável.-----

----- O Deputado referiu que teria de ser tido em atenção os compromissos assumidos pela Câmara, bem como todos os investimentos propostos a realizar durante o ano de 2017. Trata-se de investimentos necessários para o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, bem como para o desenvolvimento do Concelho na área do saneamento, das redes viárias, da ação social e da ação social escolar.-----

----- Afirmou que o Partido Socialista dissera que não iria propor nenhuma descida da taxa do IMI, mas pensara em fazê-lo, pois de acordo com a cópia de parte da ata da reunião ordinária de 12 de outubro de 2016 da CMS, faria uma eventual redução do IMI de 0,4% para 0,39%. De acordo com as estimativas da CDU, esta redução, por muito pequena que fosse, representaria para o Executivo, prescindir de uma receita de cerca de 360.000€, que significam uma grande quantia para a Autarquia mas que correspondem a poucos euros de redução para cada família.-----

----- O Deputado referiu que o investimento que a CMS se propusera a fazer seria certamente mais produtivo para os munícipes do que a poupança que o Partido Socialista considerara ser tão importante para a redução da carga fiscal dos sesimbrenses.-----

----- Referiu que a situação da carga fiscal preocupava o Grupo Municipal da CDU e que a redução do IRS e do IMI não deveria ser feita “à conta” da Autarquia ao prescindir dessa receita mas defendia, como sempre o fizera, que o desagravamento da carga fiscal sobre as famílias deveria ser feito na Assembleia da República e através dos escalões do IRS. Basta pensar no investimento realizado nos últimos 4 anos pelo Governo ou outra Entidade que não a Câmara Municipal de Sesimbra no Concelho.

Todo o investimento feito foi realizado pela própria Autarquia e esse dinheiro teria de sair, de certa forma, de alguém. Se o investimento não se realiza, a qualidade de vida dos sesimbrenses está a ser reduzida.-----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- O Deputado referiu que aquando da tomada de posse do atual Executivo em 2005, a taxa do IMI estava fixada no seu máximo, em 0,5% e com a redução para 0,4%, o Executivo prescindiu de uma verba bastante importante em termos de receitas. Disse que atualmente, a CMS prescinde de cerca de 2 milhões de euros por ano, o que corresponde a 6 milhões no atual mandato, o que permitiria a não existência da dívida de curto prazo e a redução da dívida de longo prazo para 16 milhões de euros. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Eduardo Amigo** que cumprimentou todos os presentes e disse que relativamente ao IMI, o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD seria a abstenção e que em relação às propostas apresentadas sobre os restantes pontos, o voto seria favorável. -----

----- Relativamente ao IMI, disse que agradara ao Grupo Municipal do PSD o facto de o Município ter feito uso de mecanismos consagrados no artigo 112º do IMI e que este ano fizera uso do previsto no artigo 112º A, que estava relacionado com a redução de taxa em prédios de habitação própria permanente de sujeitos passivos com dependentes a cargo. O PSD considerara ainda que, face à melhoria do equilíbrio financeiro do Município, seria possível este ano desonerar de alguma forma, a taxa a aplicar aos munícipes. Disse que a receita de IMI tinha vindo a ter uma evolução considerável de 50% desde o ano de 2012 e que as contas iam ao encontro das referidas pelo Deputado Alain Monteiro quando afirmou que a redução de 0,1% no IMI daria uma perda de receita ou uma devolução aos munícipes em cerca de 400.000€, que poderia ser compensada, tal como havia sido proposto pelo Vereador Francisco Luís na sua Declaração de Voto, com a criação de uma Taxa Municipal turística e Taxa Municipal Civil de forma a existir mecanismos para que os munícipes não fossem tributados sobre estas taxas. Relativamente à diminuição da taxa, o Deputado referiu que seria algo a ter de ser estudado. -----

----- O Deputado salientou que em 2016 estava a ser cobrado o dobro do valor de 2007, que havia sido de 7 milhões de euros e que uma diminuição de receita de 400.000€ não teria um impacto tão grande para as contas da Autarquia. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Grupo Municipal estivera até ao último momento a ponderar se iria apresentar alguma proposta alternativa mas que se tal acontecesse, seria igual à do ano transacto. O Deputado referiu que o voto do BE em relação ao IMI, IRS e Derrama não seria favorável e as razões da sua reflexão estavam expressas na Declaração de Voto que apresentava. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco de Jesus** que cumprimentou todos os presentes e referiu que o Município de Sesimbra tinha um problema que já tinha sido referido várias vezes na Assembleia Municipal, e que não era muito diferente em relação aos

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

municípios do Algarve que tinham taxas muito próximas e alguns até superiores da taxa praticada em Sesimbra, que era a questão das residências de 2ª habitação. Referiu que dos impostos pagos pelos portugueses, o IMI era uma menor justiça social e que apesar dos valores patrimoniais, havia a consciência da inexistência de critérios do ponto de vista social a não ser a isenção atualmente prevista de forma automática que pro sua vez será mais aferida no próximo Orçamento de Estado por conta de erros cometidos no ano passado que prejudicaram as receitas municipais. Referiu que se houvesse a possibilidade de desonerar a 1ª habitação daquilo que seria a 2ª habitação, todos concordariam que poderia ser feito um acerto do ponto de vista da justiça social sem que fosse posto em causa o funcionamento do Município pois a receita do IMI era uma receita do município que infelizmente não servia apenas para investimento mas servia sobretudo para a despesa corrente que correspondia à receita de maior dimensão daquilo que representava o orçamento municipal. Referiu que o Município de Sesimbra recebia pouco mais de 4 milhões de euros do Orçamento de Estado e que no próximo orçamento teria um aumento de 2,9%, transversal a todos os municípios e freguesias, não havendo a aplicação da Lei de Finanças Locais do ponto de vista daquilo que é a ponderação dos critérios de ponderação, sendo manifestamente insuficiente e muito menor do que aquilo que havia sido o aumento verificado com a carga fiscal que os portugueses tiveram que pagar, que tinha sido de 11%. Referiu ainda que a CDU não concordava do ponto de vista meramente dos objetivos dos princípios que norteiam as medidas do IMI familiar por não serem reveladoras de justiça. Disse que o Município de Sesimbra sugere a aplicação do IMI familiar precisamente para colmatar o problema da 1ª e 2ª habitação, possibilitando a alguns munícipes sem nenhuma perspetiva social como sendo a única ferramenta de beneficiar os munícipes de 1ª habitação em relação aos munícipes de 2ª habitação. O peso da redução de uma família com filhos seria bem maior do que uma redução de 0,4 para 0,39 na totalidade do IMI familiar e que representaria também uma perca bem mais elevada para o município.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que disse que disse que por um lado a CDU perderia a coerência se não mexesse na taxa do IMI, mas por outro iria ser criado um novo imposto e essa situação não seria correta para o próximo Executivo. Relativamente ao impacto que a redução dos 400.000€ da redução da taxa do IMI poderia ter, bastava pensar que aquando do aumento do IVA sobre a iluminação pública pelo anterior Governo PSD/CDS, representara um aumento de 500.000€ para o município, significando que 400.000 € teriam impacto nas contas da Autarquia.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse que também tinha sido o Governo PSD/CDS que permitiu à CMS aderir ao PAEL.-----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Helena Cordeiro** que cumprimentou todos os presentes e referiu que o PAEL tinha sido uma espécie de devolução às Autarquias, que a mesma Administração Central tinha “roubado” às Autarquias e respetivas populações.-----

----- Interveio a **Vice-Presidente da CMS** que no seguimento da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, disse que quando se falava de números, estes não eram ideologicamente neutros e as estatísticas e percentagens escondiam muitas vezes realidades absolutas que distorciam totalmente a parte percentual. Deveria ter-se conhecimento do número de Câmaras a praticar 0,3% de IMI e o valor das transferências do Estado que essas mesmas Câmaras recebiam. Seria também importante perceber qual a percentagem que essas Câmaras tinham de pagar nas intervenções a fazer com fundos comunitários pois existiam duas velocidades diferentes praticadas a este nível: na área Metropolitana onde o Município de Sesimbra estava integrado, iria ser feito um investimento de 400 milhões de euros e dos 14 milhões a ser feitos em Sesimbra, 50% teriam de sair do orçamento municipal. Disse que na maior parte das Autarquias do interior ou de fora das Áreas Metropolitanas, os financiamentos a fundo perdido rondam os 80 a 85% e que não seria displicente perceber a realidade financeira de cada uma destas Autarquias. Referiu que a taxa de 0,3% aplicada sobre as casas de 2ª habitação era uma realidade que essas Autarquias não exerciam e que seria uma injustiça estar a retirar fontes de receita aos nossos municípios (uma vez que o IMI é uma fonte de receita para o Município) e que se o IMI fosse desonerado, certamente a CMS estaria a deliberar um valor diferente para os residentes. Ao fazê-lo nas casas de 2ª habitação, que são as mais caras, iria haver um défice financeiro na CMS que se traduziria na dificuldade em fazer infraestruturas, em realizar uma limpeza urbana mais eficaz da qual todos reclamavam, na dificuldade em assegurar os transportes escolares, bem como a ação social escolar e disse ainda que muitas vezes a Autarquia substituíam as responsabilidades do Estado como as limpezas das praias e os factores de atração turística, para os quais eram necessários recursos, o que significava que desonerar de uma forma “cega” para todos, pois é a isso que a Legislação obriga, iria prejudicar essencialmente os municípios, pois a redução do valor do IMI iria ser apenas de 8€ anuais para uma média de 600€. Se a receita da 2ª habitação fosse perdida, e representa 50% dos imóveis recolhidos em termos de IMI, certamente que a verba da qual a Câmara se veria privada teria um maior impacto na vida da comunidade e dos municípios. Salientou que esta proposta de IMI respeitava as necessidades da Autarquia e referiu que para os próximos anos, havia um conjunto de investimentos importantes para o desenvolvimento do Concelho em termos de rede viária, saneamento, construção de equipamentos, requalificação de espaço urbano e para tudo isso seria necessário ter 50%, que outros municípios com

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

taxas mais baixas só precisam de ter 15%. A Vice-Presidente cedeu a palavra ao Vereador José Polido para prestar mais esclarecimentos complementares relativamente a esta matéria.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que disse que concordando com tudo o que havia sido dito pela Senhora Vice-Presidente, e conforme o que o próprio tinha referido na reunião de Comissão, a descida da taxa do IMI poderia ser considerada “eleitoralismo político” por uns e “suicídio político” por outros e mantendo a coerência de sempre desde que a CDU está no Executivo da Autarquia, as taxas seriam mantidas nos mesmos níveis para que não houvesse quaisquer acusações.----

----- O Vereador referiu que se fosse aplicado o que o PS defendera no ano passado, estar-se-ia a falar de 40.000€ para as famílias com filhos, equivalente a 0,63€/mês por família, sendo essa a diferença pelo qual o Grupo Municipal do PS não aprovava a proposta apresentada na Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que se a questão e os indicadores do PAEL estavam a correr bem era porque o trabalho tinha sido bem realizado e sabia-se qual o rumo pretendido e direção traçada.-----

----- Em relação aos municípios com menos habitantes que recebiam mais do orçamento do Estado que a Autarquia de Sesimbra como era o caso de Alcácer do Sal e outro município no Algarve com apenas 3.000 habitantes e que recebia o mesmo que a Autarquia de Sesimbra, só que dos 5 milhões auferidos, 4.900 milhões seriam para investimento e o município de Sesimbra recebia apenas 170.000€ para poder investir.-----

----- Entre os anos de 2012 e 2016, a Autarquia deixou de receber 14 milhões de euros, o que não teria acontecido se tivesse sido aplicada a taxa máxima tal como acontecera enquanto o PS fora o Executivo do Município de Sesimbra. Se este dinheiro tivesse sido recebido, a dívida de curto prazo teria sido liquidada bem como ainda a liquidação de parte substancial da dívida de médio/longo prazo. Referiu que nesta situação não teria havido necessidade de recorrer ao PAEL.-----

----- O Vereador salientou que os impostos em Sesimbra não seriam aumentados.-----

----- Relativamente ao IRS, o Vereador disse que o Estado alterara as regras de financiamento das Autarquias dando a algumas a possibilidade de baixar a percentagem conforme entendesse, chegando alguns municípios a isentar os seus residentes pois a taxa de receita resultante deste imposto tornava-se insignificante dado o valor recebido do Estado mas que ainda assim não era por este facto que teriam mais habitantes.-----

----- O Município de Sesimbra estava a criar condições para a fixação de munícipes, tal como o aumento exponencial a nível de ocupação hoteleira de toda a área Metropolitana de Lisboa resultante de todo o trabalho desenvolvido.-----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Relativamente à Derrama, disse que se tratava de um imposto insignificante, que Sesimbra não tinha Sedes de grandes empresas como outros municípios e que em relação à taxa de direitos e passagem, o Estado estava a preparar a Legislação para que não fossem os utilizadores desse serviço a pagar essa taxa mas sim as próprias empresas. Este ano, este imposto poderá chegar aos 30.000€.

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que $\frac{3}{4}$ das Câmaras do nosso país tinham uma taxa de IMI inferior à praticada pela Autarquia de Sesimbra. Acrescentou que 44% praticava a taxa mínima e que apenas 13% tinham taxas superiores. Referiu que a CMS cobrou cerca de 2,5 milhões de euros de IMI aos seus municípios tendo um acréscimo de 25% médio de receita, ou seja, o cidadão comum, para além dos impostos a nível nacional, teve de suportar um valor acrescido do IMI. O Deputado disse compreender a necessidade da CMS em ter receitas e propôs que fosse feita uma redução na taxa do IMI pois 7€ ou 8 € fazem alguma diferença para as famílias.

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que disse que o Grupo Municipal da CDU não considerava a redução de 7€ ou 8€ de redução anual do IMI para uma família tão relevante como o Deputado João Rodrigues referira e deu como exemplo que quando o atual Executivo da CMS investira no Parque Escolar, proporcionou a muitas famílias do Concelho o acesso a essa escola, permitindo-lhes poupar mensalmente cerca de 300€.

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Jesus** que disse que teria de ser visto o que representava a receita do IMI na estrutura da receita municipal em Sesimbra e o que representava a receita proveniente do IMI num outro Concelho, tal como o que representava a receita proveniente do Orçamento de Estado na estrutura da receita municipal e a receita global do Orçamento de Estado nos restantes orçamentos municipais. Disse ser impensável num orçamento real que rondava os 45 milhões de euros haver 4 milhões de euros de participação naquilo que seriam os restantes impostos onde estavam incluídos os 5% de participação variável do município porque se esses 5% fossem adulterados, seria menos esse valor que seria transferido directamente do Orçamento de Estado. Disse que o ponto seguinte que queria referir estava relacionado com a participação dos municípios nas receitas do Estado e a forma de cálculo do fundo de equilíbrio financeiro, que não podiam ser transformadas no IMI, ou seja, em caso de participação maior dos municípios nos restantes impostos (IRC, IVA e IRS), certamente, em termos de justiça social, era que o IMI fosse contabilizado para efeitos de IRS. Contudo, teria de ser feito com base na nova Lei de Finanças Locais e havia que se aproveitar, uma vez que estava prevista uma alteração/revisão para influenciar aquilo que poderia ser uma nova Lei de Finanças Locais.

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Para terminar, disse que quando se falara da questão da comparação do aumento da receita fiscal a nível central ou não diminuição da carga fiscal no município de Sesimbra ou noutra município qualquer, não podia ser comparado pois o aumento da carga fiscal a nível dos impostos do IRS IRC e IVA, não tivera qualquer reflexo relativamente às transferências para os municípios.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que disse que tal como à semelhança do que acontecia nas empresas, o IMI deveria ser dedutível no IRS, tornando-se assim uma grande injustiça.-----

----- Salientou que a Autarquia também pagara mais impostos, tendo sido reduzida a comparticipação do IVA, do IRS e do IRC em cerca de 20%.-----

----- **A Presidente** colocou à votação o ponto **2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Fixação das Taxas a aplicar em 2016, a cobrar em 2017;**-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal:-----

----- **Aprovar por maioria**, com 13 votos a favor (CDU), 9 votos contra (6 PS; 2 MSU e 1 BE), e 2 abstenções do PSD/CDS-PP:-----

-----A- fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos e rústicos nos termos do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI no ano de 2016, a cobrar em 2017, nos seguintes valores respetivamente:-----

-----a) Prédios Rústicos:0,8%-----

-----b) Revogada-----

----- c) Prédios Urbanos:0,4%-----

----- **Aprovar por maioria**, com 23 votos a favor (13 CDU; 6 PS; 2 PSD/CDS-PP; 2 MSU) e 1 abstenção do BE:-----

----- B- para os efeitos fixados no n.º 6 do artigo 112.º do CIMI:-----

-----a) que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação e reabilitação urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na planta anexa;-----

-----b) minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem a partir de 2017, para os prédios sítos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de junho de 2017, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios:-----

-----i. recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP (superfície total de pavimentos) – 30%-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----ii. recuperação geral externa ou recuperação geral das infraestruturas internas sem aumento da STP – 20%-----

-----iii. recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP-10%.-----

-----**Aprovar por unanimidade:**-----

-----C- para os efeitos do permitido legalmente no n.º 14 do artigo 112.º do CIMI na atual redação, fixa-se para o ano de 2016 do IMI a cobrar em 2017, a dedução fixa ao IMI familiar de contribuintes com a taxa de 0,4% a fixar nos termos do ponto A, em epígrafe nos seguintes valores:-----

Número de dependentes a cargo do proprietário de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do mesmo, (nos termos previsto no artigo 13.º do Código do IRS) que compõem o agregado familiar respetivo a 31 de dezembro	Dedução Fixa em euros, conforme aditamento 112ºA ao CIMI, introduzido pela Lei do OE (seu artigo 161:º) para o ano de 2016.
1	20 euros
2	40 euros
3 ou mais	70 euros

----- O Presidente da Junta de Freguesia do Castelo e o Grupo Municipal do PSD/CDS-PP prestaram Declarações de Voto.-----

----- O **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Jesus**, prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“Queria só assinalar, independentemente dos Blocos A, B e C, a minha apreensão, neste caso enquanto autarca de Freguesia para o facto de nem todas as forças políticas, no Bloco A, dividirem naquilo que são receitas dos municípios e das freguesias e pelo menos não terem votado por unanimidade uma receita que é estritamente das freguesias, de 0,8% dos prédios rústicos, que apesar de ser uma aberração legislativa, ou seja, uma Assembleia Municipal deliberar sobre uma receita que é exclusivamente das freguesias e tendo em conta os poucos recursos que as forças políticas conhecem, não terem votado nesta alínea por unanimidade”*.-----

----- O Grupo Municipal do PSD/CDS-PP apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“A bancada do PSD nesta Assembleia tem, desde há bastantes anos, defendido que na fixação das taxas do IMI a Câmara fizesse uso dos mecanismos previstos no art. 112.º do código do IMI que possibilitam a majoração ou minoração das taxas aplicadas face a determinados condicionalismos. Assim,*

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

apraz-nos registar, face à redação do art.º 112.º-A, que a Câmara proponha a redução da taxa em prédios de habitação própria e permanente de sujeitos passivos com dependentes a cargo.-----

----- Consideramos igualmente positiva a manutenção das minorações referentes à recuperação dos prédios.-----

----- No entanto, e face à melhoria do equilíbrio financeiro do município, fruto também das medidas de contenção de despesa aplicadas durante o mandato do anterior governo do PSD, consideramos que teria sido possível, sem grande diminuição de receita, desagrarar um pouco a taxa de IMI a aplicar a 2016, com cobrança em 2017.-----

----- Tal diminuição permitiria aliviar um pouco a carga fiscal que continua a abater-se sobre as famílias e empresas e que irá previsivelmente aumentar face ao que vai sendo conhecido da proposta de Orçamento de Estado para 2017.-----

----- A eventual diminuição de receita poderia ser compensada, eventualmente, com a criação de taxas nos domínios turístico e de proteção civil com mecanismos que impedissem a sua aplicação aos nossos municípios.-----

----- Face ao exposto, a bancada do PSD decide abster-se relativamente à proposta de fixação das taxas de IMI para 2016, a cobrar em 2017 e votar favoravelmente as propostas de minoração e redução de taxas.”-----

----- A **Presidente da AMS** deu início ao ponto 3 da Ordem de Trabalhos: **“Lançamento de Derrama sobre a coleta do IRC’2016, a cobrar em 2017”**;

----- Este ponto foi colocado à votação e referiu que seria feita a votação para o ponto. 1 e posteriormente para o ponto. 2.

----- A Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal:

----- **Aprovar por maioria** com 17 votos a favor (13 CDU e 2 PSD/CDS-PP e 2 MSU) e 7 votos contra (6 PS e 1 BE):

----- 1. o lançamento de uma Derrama de 1,5 % sobre o Lucro Tributável Sujeito e não Isento de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2016 a cobrar no ano de 2017;

----- **Aprovar por unanimidade:**

----- 2. a isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos: --

----- • Microempresas (até 10 trabalhadores) – 1 Posto de Trabalho -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- • Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) – 3 Postos de Trabalho -----
----- • Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) – 6 Postos de Trabalho-----
----- Foi dado início ao 4º Ponto da Ordem de Trabalhos: **“Imposto Municipal sobre o Rendimento das Pessoas Singulares’2017 (IRS) - Fixação da Taxa”**;-----
----- Após votação, a Assembleia Municipal **aprovou por maioria**, com 17 votos a favor (13 CDU, 2 PSD/CDS-PP e 2 MSU) e 7 votos contra (6 PS e 1 BE).-----
----- Os Grupos Municipais da CDU, PS e BE prestaram Declarações de Voto englobando os pontos 2, 3 e 4 da Ordem de Trabalhos. -----
----- O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----
----- *“Concordamos com a proposta apresentada pelo executivo municipal respeitante a fixação das taxas de IMI, lançamento da derrama e participação no IRS definidos para o ano de 2017. -----
----- No que diz respeito ao IMI, este imposto representa sem dúvida a receita mais importante para a CM Sesimbra pelo que verificamos que a proposta apresentada pelo executivo municipal mantém os valores referentes ao ano de 2016, ou seja, não aumenta este imposto mas, de forma responsável, também não o reduz. O IMI, tal como outras receitas próprias dos municípios tem como finalidade garantir os meios para satisfazer necessidades colectivas, ou seja, garantir o funcionamento da autarquia e assegurar os investimentos necessários para o concelho. -----
----- No entanto, face à vontade expressa pelo Partido Socialista em baixar a taxa do IMI, consideramos inapropriado nesta altura baixar este imposto. Por um lado porque estamos em fim de mandato e não só não é nossa prática tomar decisões que possam ser interpretadas como eleitoralistas, como não queremos nem devemos condicionar a ação do próximo executivo municipal com esta decisão que acarreta uma diminuição de receita para o município. Por outro lado, e embora a dívida global atual esteja a um nível bastante mais baixo do que aquela em que este executivo a recebeu em 2005, no seguimento da gestão socialista, sabemos que é necessário mais um esforço para diminuí-la e nesse sentido criar também melhores condições financeiras para o próximo executivo municipal, melhores do que aquelas que encontramos. Por fim, os compromissos assumidos por este executivo levam-nos a não prescindir desta receita com vista a fazer face aos diversos investimentos que se encontram previstos. Investimentos que no seu conjunto visam trazer ainda mais desenvolvimento ao concelho e por consequente criar ainda melhor qualidade de vida junto dos munícipes. -----
----- Mas, para termos uma ideia da importância deste imposto e do seu impacto nas contas do município, baixar a taxa de IMI de 0,40% para apenas 0,39%, como defendido pelo Partido Socialista,*

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

representaria uma diminuição da receita municipal estimada na ordem dos 360 mil euros, o que significaria também menos 360 mil euros alocados em investimento local, sendo que os benefícios para os munícipes desta redução de IMI seriam substancialmente mais reduzidas senão nulos face ao investimento Municipal previsto.-----

----- Ao concordar com esta proposta do Executivo Municipal em manter a taxa de IMI nos valores verificados no ano de 2016, torna-se importante salientar que a autarquia prescinde de uma receita própria de quase 2 milhões de euros, apenas pelo facto de não aumentar este imposto para a sua taxa máxima e para percebermos a amplitude deste valor, e a título de exemplo, aplicar 2 milhões de euros para reduzir a dívida de curto prazo significaria reduzi-la para níveis residuais.-----

----- Este é por isso um sinal dado aos Sesimbrenses de não agravar a carga fiscal. De não agravar a carga fiscal porque esta é também a nossa prática, quando muitas outras autarquias agravam este imposto. Relembramos que foi o executivo CDU que em 2005 baixou o IMI de forma considerável, passando de 0,5% para 0,4%. Foi também este executivo municipal que aplicou o IMI familiar, representando para o município uma diminuição de receita efetiva de 161 mil euros. Este foi outro sinal dado às famílias Sesimbrenses. Relembramos também que o executivo socialista manteve entre 1997 e 2015 os impostos municipais à sua taxa máxima.-----

----- Sabemos, porque a experiência de outros anos assim o demonstrou, que os benefícios do investimento realizado pela CM Sesimbra serão maiores para a maioria dos munícipes do que os benefícios criados também para os munícipes com a redução do IMI. Desse investimento, destaca-se o previsto no saneamento e redes viárias, na educação, habitação social e ação social.-----

----- Sabemos também que ao baixar o IMI como pretendido pelo Partido Socialista, estaríamos a beneficiar apenas e somente quem tem uma segunda habitação e logo não reside no concelho. Desta forma estaríamos ainda a prejudicar os residentes permanentes por falta de investimento no nosso concelho. Pois infelizmente não nos é possível proceder a esta discriminação por força da Lei, ou seja, determinar taxa de IMI diferentes consoante se tem uma habitação de 1ª Habitação ou de 2ª habitação.

----- Quanto à participação no IRS, convém também termos em consideração o seguinte. O benefício municipal de IRS é a percentagem da receita de IRS que os municípios entregam todos os anos aos seus munícipes. Esta receita é também uma fonte de financiamento importante para o município de Sesimbra, a segunda mais importante. Neste sentido, devolver por exemplo 0,5% de IRS aos munícipes, com a argumentação de que se alivia de forma brutal a carga fiscal sobre os mesmos, significa para o município prescindir de uma receita própria de cerca de 250 mil euros, beneficiando em apenas 5 euros, uma pessoa

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

ou uma família que no final do ano tenha que pagar 1.000 euros de IRS. Como é fácil de verificar, este argumento de alívio brutal da carga fiscal, repito, alívio brutal da carga fiscal não é apenas um argumento enganoso e falso, como representa um discurso demagógico, descabido e puramente eleitoralista. Por sua vez, devolver 1% de IRS aos munícipes, significa para o município prescindir de uma receita própria de cerca de 500 mil euros, para beneficiar uma pessoa ou família em 10 euros, sobre os mesmos 1.000 euros de IRS a pagar. -----

----- Para termos também uma ideia da amplitude destes 500 mil euros, e não falar apenas de investimento municipal, basta pensar que o aumento do IVA sobre a eletricidade decretada pelo anterior governo PSD-CDS, representa para o município um aumento na fatura da iluminação pública de precisamente 500 mil euros anuais. -----

----- Não podemos ainda deixar de referir que, apenas quem tem rendimentos mais elevados fica sujeito ao pagamento de IRS. Não atingindo desta forma quem tem rendimentos mais baixos. Assim e pese embora não tenhamos dados oficiais, estamos crentes que uma devolução de IRS iria atingir uma faixa reduzida dos munícipes sendo que os investimentos a realizar pela CM Sesimbra nas 3 freguesias do concelho representam um retorno bem maior do que o retorno efetivo de 5 ou 10 euros como referido. --

----- Por último, no que diz respeito à derrama, convém também perceber que é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas. Sobre o lucro tributável, o que significa que não atinge as empresas em dificuldade ou que não apresentam lucro, não agravando por isso a situação destas empresas e dessa forma questionamos, será injusto pedir uma contribuição de uma parte relativamente pequena às empresas que apresentam lucros?-----

Embora a derrama seja um imposto municipal com menos peso para o município, representa mesmo assim uma receita de cerca de 235 mil euros. Contudo, face a esta receita, consideramos este valor insignificante para o conjunto das empresas sujeitas a esta cobrança, mas uma contribuição considerável para o investimento que se propõe realizar, ou seja, esta receita será inteiramente canalizada para a rede viária. Neste sentido estamos convictos que este investimento beneficia mais as empresas, todas as empresas, do que baixar este imposto para algumas. -----

----- Por outro lado não concordamos com a discriminação baseada no volume de negócio. Este critério não se traduz em equidade nem em justiça fiscal. Desta forma, uma empresa que tenha um volume de negócio substancialmente mais baixo face a outra, não signifique que tenha também um lucro mais baixo. Por isto, consideramos este critério falacioso e desta forma não estaríamos a cumprir com o nosso propósito no que à equidade e justiça da cobrança deste imposto diz respeito. -----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em suma, na discussão da Fixação das taxas de IMI, lançamento da derrama e participação no IRS, para o ano de 2017, ficou patente que, com uma gestão séria, rigorosa e responsável por parte deste executivo municipal, os impostos municipais têm servido como fonte de financiamento para fazer face ao investimento realizado e a realizar no Concelho de Sesimbra mas também para o funcionamento da própria autarquia, sendo que em algumas áreas o executivo municipal tem ultrapassado as suas competências, contrariando o investimento do poder central, deveras inexistente nestes últimos anos. Alguém se recorda qual o investimento realizado no concelho de Sesimbra por parte do governo nestes últimos anos?-----

----- Foi também possível confirmar nesta discussão que o Partido Socialista é o partido das duas caras. Uma enquanto Executivo Municipal, que manteve os impostos municipais na sua taxa máxima e outra enquanto oposição que propõe a redução destes mesmos impostos. Quanto a esta última postura, lamentamos que a mesma tenha representado uma mera postura demagógica pois não foi acompanhada de propostas alternativas, ou seja, face à contínua exigência de redução de impostos municipais apenas enquanto oposição, o Partido Socialista não foi capaz de indicar qual ou quais as formas do Município se financiar sem aumentar a sua dívida global ou qual ou quais os investimentos previstos a cancelar. O que nos leva a pensar que se o Partido Socialista for novamente Executivo Municipal todos estes impostos voltarão a ser agravados e a dívida do município voltará também a crescer, sem que a mesmas se traduza em mais-valia para os Sesimbrenses como aconteceu entre 1997 e 2005. Nestes dois mandatos o Partido Socialista aumentou a dívida do Município em mais de 16 milhões de euros, representando um aumento record nas contas do município.-----

----- Para finalizar, compete-nos acrescentar que preocupa-nos a situação dos Sesimbrenses, sintetizadas nas suas dificuldades económicas. É, com estas preocupações em mente, que os eleitos pela CDU na Assembleia da República têm continuamente apresentado medidas no sentido de desagrar a carga fiscal de quem vive do seu salário, reforma ou pensão. Mas, fazê-lo ao dispêndio dos municípios seria tremendamente injusto, incoerente e mesmo altamente demagógico. Injusto pois os municípios dependem cada vez mais de si para se financiarem, como é o caso de Sesimbra onde as transferências do orçamento de Estado são cada vez menores ou quase nulas, incoerente pois não podemos exigir que se invista e se crie melhores condições de vida aos Sesimbrenses e ao mesmo tempo se retire receitas para o fazer e demagógico pois a troca de interesses puramente partidárias e eleitoralistas de promessas fáceis de alívio financeiro não devemos onerar as autarquias desta premissa e muito menos enganar os munícipes.”-----

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Usou da palavra o **Deputado Manuel José Pereira**, que apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“Mais um ano que passou e temos mais do mesmo! O Grupo Municipal do PS mantém que faz todo o sentido avaliar as propostas da CMS sobre a fixação das taxas e as isenções para os vários impostos municipais a cobrar em 2017 em conjunto, porque, refirmamos, se trata de encontrar uma solução de receita orçamental que permita um equilíbrio entre dois aspetos essenciais, que a receita seja a necessária, mas apenas a suficiente, ao funcionamento e aos investimentos a realizar, sem deixar de atender à situação das famílias e das empresas contribuintes, quer quanto às suas necessidades de rendimento disponível, quer garantindo uma real justiça fiscal.* -----

----- *E continuamos a dizer que, já naturalmente, não foi isso que a câmara CDU fez.* -----

----- *Mantém-se assim a situação que consideramos ser de “esbulho fiscal”, quanto a nós, não só desnecessária, mas até contrária ao espírito de uma política fiscal amiga do desenvolvimento, da economia e das pessoas.* -----

----- *Sobretudo agora num contexto nacional em que essa tem sido uma preocupação do governo e da maioria parlamentar que o apoia, onde se inclui o PCP.*-----

----- *Continuamos por isso a afirmar que, no caso do IMI, qualquer descida na taxa, por mais irrisória que fosse, isso poderia significar, por exemplo, que os residentes em casa própria desviassem uma parcela de imposto para a câmara, para fazerem as sempre necessárias obras de manutenção da sua habitação, o que iria sempre melhorar o clima de negócios local.*-----

----- *De acordo com o relatório do 1º semestre de 2016 do PAEL, e cito: “... O município ultrapassou todos os objectivos do saneamento financeiro encontrando-se presentemente numa situação perfeitamente equilibrada... e não só recuperou a sua capacidade de investimento como esta supera significativamente a prevista no seu plano”, e mais adiante, como fator negativo: “... a crise económica vivida em Portugal persiste igualmente no município de Sesimbra”. Tais afirmações já não justificam as opções que a câmara toma por sua inteira e exclusiva vontade nesta matéria. Com a dívida de curto prazo a diminuir, já não se compreende o esforço adicional que se continua a exigir aos sesimbrenses.*-----

----- *Ainda que estejamos a deliberar sobre impostos em ano eleitoral, o PS mantém a sua coerência de todos os anos do actual mandato.*-----

----- *Quanto ao investimento municipal em infra-estruturas e equipamentos públicos, embora o PS concorde, à priori, com todos, só nos poderemos pronunciar quando for conhecida a proposta de orçamento e plano para 2017. Já quanto à despesa corrente, os chamados “gastos” da máquina*

Ata nº33 – Mandato 2013-2017



Assembleia Municipal de Sesimbra

municipal e os subsídios às várias entidades, seremos bem críticos na sua avaliação, até por tudo o que ficou dito atrás. -----

----- Num momento em que o governo do País demonstra uma muito maior consciência social e adota medidas de alívio da carga fiscal, não se entende esta decisão por parte da autarquia. -----

----- Mantemos que é isto que as pessoas sentem, pensam e não conseguem entender!-----

----- Uma palavra ainda para dizer que o PS, face à total insensibilidade e abertura da maioria CDU, em conjunto com o PSD nos últimos anos, optou este ano por nem sequer apresentar as propostas de descida no IMI, IRS e Derrama, como sempre faz. Diga-se, com a secreta esperança de que algo tivesse mudado...-----

----- Afinal não só não mudou como a carga fiscal municipal, só nestes impostos, volta a subir quase 1 milhão de euros, cerca de 6% acima da receita estimada para o ano em curso. Não há reposição de rendimentos de nenhum governo que aguento este aumento em Sesimbra!!-----

----- Quanto às sugestões da Declaração de Voto do vereador do PSD, donde aliás veio a agradável surpresa, entendemos que as mesmas devem ser estudadas, mas no futuro, quando o clima económico o permitir e desde que a criação de novos impostos permita reduzir a carga fiscal direta das famílias e empresas residentes. -----

----- Uma nota sobre o IMI rústico, com o qual naturalmente concordamos, mas que constava do bloco que incluía a taxa geral urbana. -----

----- Pelas razões expostas o Grupo Municipal do PS vota contra as 3 propostas relativas aos impostos municipais para 2017, o que não inclui as minorações e isenções do IMI e da Derrama, bem como a taxa a aplicar ao IMI Rústico, com que concordamos.”-----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “Tendo em conta a necessidade de compensar os cidadãos e as cidadãs da perda de rendimentos imposta pelo governo de Passos Coelho e de Paulo Portas na anterior legislatura, o Bloco de Esquerda nesta Assembleia que se votou a taxa de IMI baixasse dos atuais 0,4% e defendemos a sua alteração para 0,375%, que os rendimentos anuais abaixo dos 20000 euros fossem isentados de Derrama e que 0,5% do montante de IRS devolvido pelo governo à Câmara de Sesimbra fosse distribuído pelos munícipes. Como a proposta da CMS foi acolhida pela AM mantendo por maioria os valores dos anos anteriores. Sendo as propostas do BE apresentadas para o ano de 2016, recusadas por maioria, por isso votei contra a proposta de Orçamento para 2107.”-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- A Presidente da AMS deu início ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos: **“Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2017”**. -----

----- Após a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2017.-----

----- Após a apreciação de todos os pontos merecedores de uma apreciação global, a Presidente da Assembleia Municipal deu início ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **“Eleição do Coordenador da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica”**. -----

----- A Presidente lembrou que esta eleição iria realizar-se devido à solicitação de suspensão de mandato do Deputado Mendes Dias que exercia essa função e como ao nível da Coordenação da Comissão de Líderes esta função tinha sido dada ao Grupo Político do PSD, neste sentido seria igualmente reapreciado numa das últimas reuniões que o procedimento deveria ser semelhante. Salientou que este cargo deveria ser desempenhado pelo substituto do Deputado Mendes Dias com a duração do mesmo período solicitado pela suspensão de mandato. -----

----- Após a contagem dos votos, A Assembleia Municipal **elegeu por escrutínio secreto e por maioria** (17 votos para o Deputado Eduardo Amigo, 1 voto para o Deputado João Rodrigues e 6 votos em branco) o Deputado Eduardo Manuel Costa Amigo para Coordenador da Comissão de Planeamento Estratégico e Atividade Económica enquanto durar o período de suspensão do Deputado Joaquim José Mendes Dias. -

----- Foi dispensada a leitura da ata em minuta, da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião era zero horas e trinta e oito minutos do dia 04 de novembro de 2016. -----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.